



AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

PROCESSO Nº 01350.000130/2022-59

Termo de Execução Descentralizada (TED) Nº 000130/2022

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Agência Espacial Brasileira

Nome da autoridade competente: Carlos Augusto Teixeira de Moura

Número do CPF: ***.004.268-**

Nome da Diretoria/Coordenação/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Agência Espacial Brasileira - AEB

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: nomeado por Decreto em edição extra do DOU de 15 de janeiro de 2019.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 203001/20402 (Agência Espacial Brasileira - AEB)

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 203001/20402 (Agência Espacial Brasileira - AEB)

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade de Brasília

Nome da autoridade competente: Prof.º Márcia Abrahão Moura

Número do CPF: ***.590.531-**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Universidade de Brasília - UnB/Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública - CEAG

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 154040 / 15257 (Universidade de Brasília - FUB)

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: Universidade de Brasília - UnB

3. LEGISLAÇÃO

O presente Termo e as ações necessárias à sua execução sujeitam-se à legislação em vigor e, em especial, ao disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, no que couber; no Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; no Decreto 10.426, de 16 de julho de 2020; e na Portaria AEB 269, de 25 de agosto de 2020, que estabelece procedimentos para a transferência de recursos da Agência Espacial Brasileira, mediante a celebração de Termo de Execução Descentralizada - TED com órgãos e entidades da Administração Pública integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

4. OBJETO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA:

O presente instrumento tem por objeto a formalização de Termo de Execução Descentralizada entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Universidade de Brasília (UnB), com vistas à elaboração de projeto de Mapeamento e Redesenho de Processos a fim de permitir uma inserção do setor espacial brasileiro na atual configuração do setor espacial mundial.

O foco do projeto está centrado na lógica da dinâmica da inovação de processo, de caráter incremental. Esse esforço irá permitir a viabilidade de uma agenda de pesquisa sobre o tema que poderá se materializar em dissertações de mestrado e teses de doutorado nas áreas de conhecimento que navegam na temática da inovação e gestão de processos/projetos. A intenção é buscar colaborações com alunos de pós-graduação, graduação e Empresa Júnior (uma lógica já recorrente em projetos realizados pelo CEAG-UnB). É intenção também buscar uma proximidade junto a outros Institutos de Pesquisa Federais localizados em Brasília, ou no seu entorno. A ideia desta aproximação é a de materialização de parcerias institucionais para pesquisa entre a UnB e outros atores.

4.1 OBJETO RESUMIDO:

O presente instrumento tem por objeto revisitar, mapear e redesenhar os processos internos da AEB de forma convergente ao novo ciclo de Plano Estratégico da Agência Espacial Brasileira (AEB), auxiliando a viabilidade da implementação do mapa estratégico institucional.

5. JUSTIFICATIVA

A Agência Espacial Brasileira (AEB) é uma autarquia federal criada em 1994 com o objetivo de formular, coordenar e executar a Política Espacial Brasileira. Como órgão governamental, para desempenhar essa missão, a AEB necessita de gerenciamento de processos caracterizado por eficiência e transparência interna.

O advento do modelo da Nova Administração Pública (New Public Management), em meados da década de 1970, incorporou o gerencialismo e suas técnicas e ferramentas gerenciais focados em resultados - até então próprios do setor privado - ao setor público. Um exemplo é a gestão sob o prisma do processo. As diretrizes de ampla transparência nas transações e rotinas executadas pela administração pública das últimas décadas resultaram, entre outros fatores, em maior interesse de gestores públicos na adoção da gestão de processos.

As empresas são grandes coleções de processos, sendo que para todo produto ou serviço existe um processo atrelado, assim como para todo processo deve, presumidamente, ser gerado um produto ou serviço. É nessa lógica dual que se assenta a visão clássica, proveniente da tradição industrial, de processo como transformação sequencial de insumos (inputs) - por meio de agregação de valor, em saídas (outputs) - destinadas tanto a clientes internos quanto externos.

Contudo, além desses processos que remetem ao sentido de consecução de um produto ou fornecimento de um serviço, existem aqueles referentes às rotinas organizacionais que servem de apoio a eles e também aqueles voltados ao gerenciamento de ambos. Os primeiros são denominados de primários ou finalísticos e atrelam-se à atividade fim da organização e suas competências únicas. Aqueles que servem de apoio aos processos finalísticos no gerenciamento de recursos e infraestrutura são conhecidos como processos de suporte. Por fim, os processos gerenciais monitoram a eficácia e eficiência dos processos finalísticos e daqueles de suporte.

Dentre as técnicas e ferramentas, destaca-se a modelagem de processos que consiste no registro, esquematização e documentação de fluxos de trabalho e informação. Como mecanismo de prestação de contas, as evidências recentes da literatura mostram que a implementação de técnicas e ferramentas da gestão de processos no setor público tem ampliado a transparência ante a sociedade e aos órgãos de controle externo.

Como instrumento de gestão de administradores públicos, a modelagem de processos tem se revelado como aliada à governança em virtude de sua contribuição à organização do ambiente gerencial pelo mapeamento de processos ponta a ponta. Dentre outras vantagens possibilitadas pela modelagem e remodelagem de processos, citam-se: a transformação e a automatização das rotinas organizacionais, o fomento ao intraempreendedorismo, a definição de competências entre os atores dos processos, a identificação de gargalos e de redundâncias entre as atividades e tarefas, e os recursos e esforços empregados para a consecução de seus fins.

A relação diretamente proporcional entre o modelo de gestão estratégico adotado pelas organizações e a efetividade dos resultados operacionais decorrentes de sua implementação é notória tanto entre os pesquisadores desta área quanto na vivência empresarial de empresas públicas e privadas. Ele perpassa um processo de gestão e inovação contínua que seja capaz de responder às demandas intra e supra organizacionais.

No entanto, o processo de geração de inovação em países de renda média, como o Brasil, apresenta uma dinâmica distinta quando comparados com os países de renda alta do universo Eurocêntrico. Há de se considerar que no Brasil, a dinâmica de inovação passa, necessariamente, pela atuação do Estado como agente fomentador e incentivador do processo de geração de inovação. Embora a conceitualização de uma política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) linear ofertista, nos moldes apresentados por Vannevar Busch, já esteja superada na realidade da construção de políticas, para área científica, devemos ter em mente que o peso do Estado, na construção destas políticas, continua significativo.

É possível verificar que ao longo da história, o Estado, mesmo em países centrais, teve um papel importante na capacidade de criação de mecanismos de fomento para o ganho competitivo de sua capacidade produtiva. Assim, é fundamental, para os países periféricos, não só a criação de atores para o financiamento de CT&I, mas também viabilizar os mecanismos que permitam a efetividade das atividades fins destes atores. Aqui, destaca-se, além da criação de políticas para a área de CT&I, a necessidade de permitir que os mecanismos de fomento criados sejam realisticamente utilizados e efetivos nos seus objetivos fins.

Nestes termos, alguns conceitos necessitam ser considerados tais como: governança, inovação (em seus vários aspectos), avaliação de políticas públicas, construção de indicadores entre outros. No Brasil, um espaço natural para a viabilidade deste processo passa pela consolidação de seu Sistema Nacional de Inovação – SNI e, setorialmente, dos Sistemas Setoriais de Inovação – SSI.

Neste sentido, SSI, o setor espacial brasileiro apresenta-se com um exemplo bem-sucedido desta dinâmica. A ampla capacidade de geração de competências, geradas no SSI espacial no país, permitiu ao longo das últimas décadas, a criação de espaços de excelência que se materializaram em inovações de processo e produto, inserindo o país no seletivo grupo de global players do setor.

Observamos, no caso aeroespacial brasileiro, uma maneira sui generis de se arquitetar e executar políticas públicas aptas ao desenvolvimento inovativo para o setor. Neste sentido, o papel desempenhado pelas agências públicas (no caso AEB – Agência Espacial Brasileira) possui um peso significativo na efetiva trajetória bem-sucedida do setor. Assim, a fim de se manter este dinamismo inovativo é importante o desenvolvimento de capacidades e competências, por parte da AEB, na direção de se pensar e efetivar políticas e ações que permitam, em parceria com os demais atores do Sistema Setorial de Inovação, uma contínua inserção competitiva do setor aeroespacial no âmbito do mercado internacional.

Verifica-se a necessidade latente de um alinhamento estratégico que proporcione maior organicidade interna e que seja capaz de dar notoriedade de sua atuação na gestão da política espacial brasileira, além de apresentar resultados para o setor espacial.

Reforçando tal necessidade, estudos recentes sugerem que somente 10% das estratégias formuladas são implementadas. Em geral, os gestores buscam resolver esse problema, ampliando o controle, buscando gerenciar a cultura organizacional ou ainda colocando a culpa nos executantes, alegando que esses são incapazes de colocar em prática o que foi formulado. Entretanto, o verdadeiro problema pode estar além: na separação entre formulação e implementação, na dissociação entre pensar e agir.

Dentre os obstáculos a serem superados é possível listar a falta de instrumental tecnológico; o excesso de burocracia das estruturas organizacionais; a falta de capital humano capacitado para os novos modelos de gestão; a baixa cultura inovadora; as dificuldades durante os processos de implementação de mudanças, bem como a perenidade de suas decisões; dentre outros.

5.1 JUSTIFICATIVA RESUMIDA

Para atender sua missão institucional, a Agência Espacial Brasileira deve buscar superar alguns desafios, por exemplo: a falta de instrumental tecnológico; o excesso de burocracia das estruturas organizacionais; a falta de capital humano capacitado para os novos modelos de gestão; a baixa cultura inovadora; as dificuldades durante os processos de implementação de mudanças, bem como a perenidade de suas decisões. Um redesenho dos processos internos da AEB a auxiliará a superar esses obstáculos.

6. OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS PARTÍCIPES

6.1. Unidade Descentralizadora

- I - analisar e aprovar a descentralização de créditos;
- II - analisar, aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho;
- III - descentralizar os créditos orçamentários;
- IV - repassar os recursos financeiros em conformidade com o cronograma de desembolso;
- V - aprovar a prorrogação da vigência do TED ou realizar sua prorrogação, de ofício, quando necessário;
- VI - aprovar as alterações no TED;
- VII - solicitar Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;
- VIII - analisar e manifestar-se sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado pela Unidade Descentralizada;
- IX - solicitar à Unidade Descentralizada que instaure a tomada de contas especial, ou promover diretamente a instauração, quando cabível;
- X - emitir certificado de disponibilidade orçamentária;
- XI - registrar no SIAFI o TED e os aditivos, mantendo atualizada a execução até a conclusão;
- XII - prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso;
- XIII - publicar os extratos do TED e termos aditivos no sítio eletrônico oficial, bem como disponibilizar a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - instaurar tomada de contas especial, quando cabível e a unidade descentralizada não o tenha feito no prazo para tanto.
- XVI - suspender as descentralizações, na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, com a tomada das providências previstas no art. 19 do Decreto nº 10.426/2020.
- XVII - solicitar a entrega e receber os bens e direitos adquiridos com recursos da descentralização orçamentária, quando for o caso;
- XVIII - notificar a unidade descentralizada acerca da necessidade de citar a AEB quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED; e
- XIX - Autorizar a contratação de Fundação de Apoio vinculada à Universidade de Brasília e devidamente credenciada junto aos órgãos competentes para as atividades relativas a gestão administrativa e financeira, conforme permitido por legislação vigente.

6.2. Unidade Descentralizada

- I - elaborar e apresentar o Plano de Trabalho à análise da AEB;
- II - apresentar a Declaração de Capacidade Técnica necessária à execução do objeto;
- III - apresentar a Declaração de Compatibilidade de Custos;
- IV - executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos;
- V - aprovar as alterações no TED;
- VI - encaminhar à AEB:
 - a) Relatórios de avaliação de resultados do andamento da execução, conforme periodicidade definida no termo firmado ou por solicitação específica;
 - b) o Relatório final de Cumprimento do Objeto relativo ao atingimento das metas e dos objetivos propostos no TED, que deverá ser apresentado à AEB no prazo de 120 (cento e vinte) dias, após a expiração do prazo de vigência avençado;
 - c) Outros relatórios que poderão ser solicitados a critério das diretorias da AEB responsáveis
- VII - zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional, em obediência ao estabelecido no art. 3º do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993;
- VIII - manter arquivados os documentos relacionados ao TED, inclusive projeto básico ou termo de referência, com o devido detalhamento da estimativa de custos dos bens e serviços utilizados na execução do objeto, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovado o relatório final de avaliação de resultados pela AEB;
- IX - executar remanejamentos entre elementos de despesa que sejam necessários para atender aos planos de trabalho, respeitando-se os limites de custeio e capital, sem que isso represente prejuízo à consecução das metas e objetivos definidos nos planos de trabalho e demais instrumentos de planejamento
- X - executar o objeto deste TED, observando os critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos no Plano de Trabalho aprovado;
- XI - exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do objeto deste Termo;
- XII - disponibilizar dados, informações e orientações necessários ao bom desenvolvimento e à consecução do objeto deste Termo;
- XIII - facilitar a supervisão e o acompanhamento pelo Unidade Descentralizadora, permitindo-lhe a verificação in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo;
- XIV - informar ao Unidade Descentralizadora quaisquer ocorrências que dificultem ou interrompam a execução do objeto deste Termo;
- XV - prestar informações do TED aos órgãos de controle interno e externo;
- XVI - concluir o objeto do presente Termo nos prazos estabelecidos no Plano de Trabalho aprovado ou nos prazos eventualmente prorrogados;
- XVII - observar quando da contratação de terceiros para a execução de obras, serviços ou aquisição de bens vinculados a execução do objeto deste TED, as disposições contidas nas normas federais pertinentes as licitações e contratos administrativos, inclusive os procedimentos definidos para os casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- XVIII - submeter previamente a unidade descentralizadora qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento;
- XIX - citar a Unidade Descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando necessário;
- XX - instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à Unidade Descentralizadora;
- XXI - devolver à Unidade Descentralizadora os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados, conforme disposto no § 1º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
- XXII - devolver os créditos orçamentários e os recursos financeiros após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, conforme disposto no § 2º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 2020;
- XXIII - disponibilizar no sítio eletrônico oficial a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura;
- XXIV - devolver para a Unidade Descentralizadora os rendimentos de aplicação financeira auferidos em parcerias celebradas com recursos do TED, nas hipóteses de restituição previstas na legislação específica; e
- XXV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XXVI - disponibilizar, mediante solicitação, documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos aos órgãos de controle e à unidade descentralizadora.
- XXVII - devolver para a Unidade Descentralizadora, quando for o caso, os bens e direitos adquiridos com recursos da descentralização orçamentária.
- XXVIII - subdescentralizar os créditos orçamentários descentralizados e, nessa condição, exercer as competências previstas nos subitens II, IV, VII, VIII, IX, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do item 6.1.
- XXIX - obedecer ao limite previsto no art. 5º, § 4º, da Portaria nº 269, de 25 de agosto de 2020, na execução do plano de trabalho.

7. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- I - O prazo de vigência deste Termo de Execução Descentralizada será de **13 meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020, bem como na Portaria AEB 269, de 25 de agosto de 2020, que trata de TED;

Início: a partir de sua assinatura Fim: 13 meses a contar da data de assinatura

II - O pedido de alteração do presente Termo deverá ser requerido formalmente à outra parte, com as devidas justificativas, até 30 (trinta) dias antes da data do término do prazo de vigência delimitado; e

III - No caso de atraso na liberação dos recursos por motivos atribuídos à Unidade Descentralizadora, o prazo de vigência deste Termo será prorrogado "de ofício" antes de seu término, limitado ao período de atraso verificado.

8. VALOR DO TED:

O valor global previsto para descentralização neste TED é de R\$ 1.895.750,00 (um milhão, oitocentos e noventa e cinco mil setecentos e cinquenta reais).

9. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:

19.122.0032.2000.0001.0002 - Administração da Unidade

10. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E PREVISÃO DE DESEMBOLSO FINANCEIRO

A AEB realizará a descentralização de créditos orçamentários e o repasse dos recursos financeiros à Unidade Descentralizada, no(s) exercício(s) de 2022 e 2023 para a execução dos objetos deste TED, no valor global de R\$ 1.895.750,00 (um milhão, oitocentos e noventa e cinco mil setecentos e cinquenta reais).

A descentralização de créditos orçamentários e o repasse dos recursos financeiros ocorrerão de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado.

11. BENS REMANESCENTES

O Objeto do Termo de Execução Descentralizada contempla a aquisição, produção ou construção de bens?

()Sim
()Não

Se sim, informar a titularidade e a destinação dos bens quando da conclusão do TED:

12. DAS ALTERAÇÕES

Ficam os participes facultados a alterar o presente Termo de Execução Descentralizada ou o respectivo Plano de Trabalho, mediante termo aditivo, vedada a alteração do objeto do objeto aprovado

As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pelas unidades descentralizadora e descentralizada.

13. DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

I - A Unidade Descentralizada encaminhará a Unidade Descentralizadora, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento da vigência deste TED, avaliação de resultados, no que se refere à consecução do objeto, composta pelos seguintes documentos:

- a) Relatório de cumprimento de objeto, informando os resultados alcançados acerca das metas físicas previstas no Plano de Trabalho aprovado;
- b) Relatório financeiro de conclusão do TED que corresponde à relação de execução orçamentária e financeira resumida dos recursos na forma da descentralização; e
- c) Comprovante de devolução dos saldos, orçamentário e financeiro, não utilizados, quando houver.

II - A AEB acompanhará a execução física e financeira do objeto do TED, conforme relatórios de avaliação dos resultados.

III - Rejeitado total ou parcialmente o relatório de cumprimento do objeto pela Unidade Descentralizadora, deverá a unidade descentralizada instaurar tomada de contas especial para apurar eventuais danos ao erário e respectivos responsáveis para fins de recomposição do erário público.

14. DA DENÚNCIA OU RESCISÃO**14.1. Denúncia**

O Termo de Execução Descentralizada poderá ser denunciado a qualquer tempo, hipótese em que os participes ficarão responsáveis somente pelas obrigações pactuadas e auferirão as vantagens do período em que participaram voluntariamente do TED.

14.2. Rescisão

Constituem motivos para rescisão do presente TED:

- I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades na execução do TED; e
- III - a verificação de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas especial; ou
- IV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.

15. SOLUÇÃO DE CONFLITO

Para dirimir quaisquer questões de natureza jurídica oriundas do presente Termo, os participes comprometem-se a solicitar o auxílio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU.

16. PUBLICAÇÃO

O TED e seus eventuais termos aditivos, que impliquem em alteração de valor ou, ainda, ampliação ou redução de prazo para execução do objeto, serão assinados pelos participes e seus extratos serão publicados no sítio eletrônico oficial da Unidade Descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura, conforme disposto no art. 14 do Decreto nº 10.426, de 2020.

As Unidades Descentralizadora e Descentralizada disponibilizarão a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais no prazo a que se refere o caput.

17. ASSINATURA

Local: Brasília - DF

Data de Assinatura:

CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA DE MOURA

Presidente

Agência Espacial Brasileira

Prof.ª MÁRCIA ABRAHÃO MOURA

Reitora

Universidade de Brasília



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Teixeira de Moura, Presidente**, em 29/09/2022, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Abrahão Moura, Usuário Externo**, em 30/09/2022, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.aeb.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0176295** e o código CRC **C5AAC63**.